

A arrancada do crescimento no Brasil

Por Martin Kaufman e Mercedes García-Escribano

Desde o início da década de 2000, a economia brasileira tem se expandido a um ritmo vigoroso, culminando em uma taxa de crescimento de 7,5% em 2010 — o patamar mais elevado em um quarto de século. Um pilar fundamental dessa prosperidade econômica conquistada com muito esforço foi a solidez da política econômica e a adoção de programas sociais de grande alcance, que resultaram em uma forte redução da pobreza.

Nos últimos dois anos, o crescimento do Brasil desacelerou-se. Embora outras economias de mercados emergentes tenham experimentado uma desaceleração semelhante, os números do crescimento no Brasil foram especialmente decepcionantes, e as medidas tomadas para estimular a economia não produziram uma recuperação sustentada. O fato é que a arrancada do crescimento sustentado no Brasil exige medidas que alterem a composição da demanda no sentido do investimento e do aumento da produtividade, e não um estímulo à demanda interna.

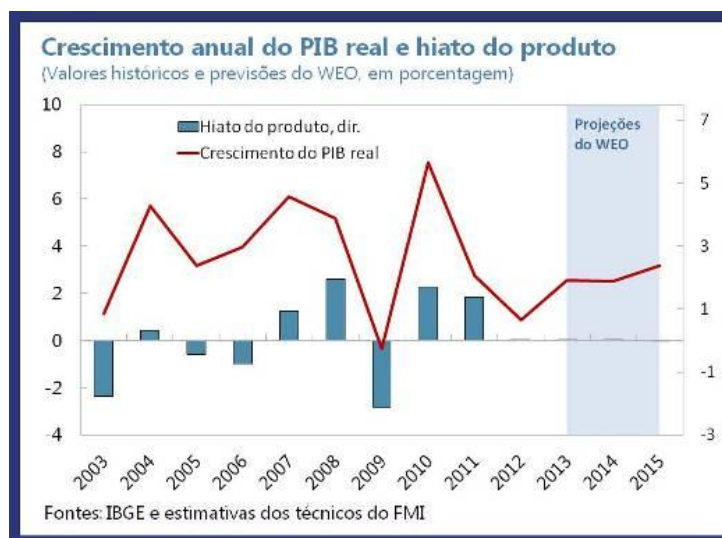
Dificuldades internas

A infraestrutura inadequada e os desequilíbrios da demanda são entraves ao processo de crescimento do país. Entre 2011 e 2013, o forte consumo privado se firmou em taxas de desemprego muito baixas, em ganhos significativos nos salários reais (em parte por causa dos fortes aumentos do salário mínimo) e no dinamismo da expansão do crédito.

Contudo, o nível de investimento tem sido fraco e decepcionante. As incertezas no cenário internacional foram parte do problema, sobretudo em 2011, mas os principais fatores por trás do investimento anêmico são de origem interna, entre eles a perda constante de competitividade.

Voltando a crescer

Para enfrentar essa situação, o [relatório](#) recente sobre a economia brasileira, preparado pela equipe do FMI, recomenda o fortalecimento da estrutura de política macroeconômica do Brasil e a adoção de medidas e reformas focadas no aumento do potencial produtivo da economia e na melhoria da competitividade.



O aperto das condições monetárias pelo Banco Central do Brasil a partir de abril é um passo na direção certa, que ajudou a atenuar as expectativas de inflação e conter a inércia inflacionária.

A consolidação fiscal sustentada, mediante o cumprimento da meta de superávit fiscal primário de cerca de 3% do PIB, também seria importante, pois manteria a demanda interna sob controle, baixaria o endividamento público e estimularia a recuperação da confiança e o investimento.

Outro fator positivo é o renovado interesse do governo em políticas que aliviam as restrições da capacidade produtiva da economia, especialmente as concessões de projetos de infraestrutura ao setor privado.

Perspectivas a curto prazo

A equipe do FMI prevê que a economia brasileira cresça cerca de 2,5% neste ano e no próximo. Não obstante o avanço em relação à taxa de crescimento de 2012, esse desempenho manterá o Brasil abaixo do seu crescimento potencial.

Ademais, as perspectivas estão sujeitas a muitos riscos. A recuperação poderia ser mais desequilibrada — isto é, demasiadamente dependente do consumo — e mais lenta do que o previsto. Os fatores subjacentes aos escassos investimentos e às restrições da oferta poderiam ser mais graves do que o esperado. Ou, talvez, a confiança dos investidores não seja restaurada. Se esses riscos se tornarem realidade, a reação não deve ser um novo estímulo à demanda, pois isso agravaria os desequilíbrios da demanda interna, aumentaria o déficit da conta corrente externa, reacenderia as pressões inflacionárias e enfraqueceria a confiança.

As perspectivas também estão sujeitas a riscos externos, dada a dependência do Brasil em relação à poupança externa e a profunda integração de seus mercados financeiros. Contudo, a taxa de câmbio flexível, a solidez do quadro de política monetária e o grande volume de reservas internacionais serviriam de proteção contra esses riscos.

Alcançando todo o seu potencial

O desempenho do Brasil pode ser melhor. Para que a economia brasileira se aproxime do seu [crescimento potencial](#) — estimado atualmente em cerca de 3,5% — o governo deveria centrar sua atenção no aumento da produtividade e na elevação dos investimentos, inclusive em infraestrutura.

Como já foi dito, o interesse renovado do governo em políticas para aliviar as restrições da capacidade produtiva da economia é um fato positivo. Esses esforços devem ser complementados por uma reformulação do mecanismo de indexação do salário mínimo e reformas para manter o controle dos custos da mão de obra e evitar uma maior erosão da competitividade. A redução e simplificação dos tributos e a melhoria do ambiente de negócios no intuito de reduzir o chamado custo Brasil devem também ser parte da agenda.

Martin Kaufman atualmente é assessor no Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação do FMI e foi chefe de missão para o Brasil durante as mais recentes consultas do Artigo IV.

Mercedes García-Escribano é Economista Sênior do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, tendo trabalhado nas equipes de Peru, Colômbia, México, Áustria, Espanha, Malta e, atualmente, Brasil. Publicou estudos nas áreas de economia fiscal (com ênfase em descentralização), setor financeiro e mercado de trabalho.